



DIREITO EMPRESARIAL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO EMPRESARIAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Eva e John são casados no regime de comunhão parcial de bens desde 2014. Em 06/10/2023, sem que Eva ficasse sabendo ou concordasse, John, em garantia de pagamento de contrato de compra e venda de um automóvel adquirido de Ítalo, avalizou título de crédito emitido por Glécia, sua colega de trabalho, com quem mantinha caso extraconjugal. O vencimento do título estava previsto para 06/11/2023. Vencido e não pago, o título foi regularmente apontado para protesto.

Após inúmeras tentativas de recebimento amigável do valor, Ítalo promoveu, contra Glécia e John, em 02/12/2023, a execução judicial do título com fundamento nos artigos 778, 786, 784, inciso I, e 783 do CPC, distribuída para 2ª Vara Cível da cidade de João Pessoa/PB. Os réus foram regularmente citados e, não havendo pagamento, no dia 10/05/2025, foram penhoradas duas salas comerciais de propriedade de John adquiridas na constância do seu casamento.

Inconformada, imediatamente (na data acima) Eva o(a) procura para adotar a medida judicial cabível, em seu exclusivo nome, com o objetivo de livrar os bens penhorados da constrição judicial, ou, ao menos, parte deles, visto que haviam sido adquiridos com o esforço comum do casal (5,0).

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

M.A. Supermercado Ltda. encontra-se em grave crise econômico-financeira e seu sócio administrador, Marcos, busca alternativas para a superação do momento de dificuldades. A empresa foi acionada na Justiça do Trabalho por centenas de trabalhadores, bem como diversos fornecedores ajuizaram execuções de títulos extrajudiciais. As reclamações trabalhistas se encontram em fase de conhecimento e de recurso.

Em conversas com seu irmão Túlio, que é estudante de direito, Marcos é orientado a pedir recuperação judicial, pois na hipótese de ser deferido o seu processamento, as execuções de títulos extrajudiciais serão suspensas por até 180 dias, e as reclamações trabalhistas serão remetidas para processamento no Juízo universal.

Tendo em vista o caso hipotético, responda fundamentadamente, às indagações abaixo:

A) Na hipótese do deferimento do processamento da recuperação judicial, o prazo de suspensão poderá ser prorrogado? (0,65)

B) As reclamações trabalhistas em face da empresa M.A. Supermercado Ltda. serão remetidas e processadas perante o Juízo universal como orientou Túlio? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

A empresa E JL, sociedade limitada unipessoal, contraiu diversas dívidas durante a grave crise sanitária e econômica que atingiu o país. Seu representante legal, Eduardo, com o objetivo de não pagar as dívidas acumuladas pela empresa, transferiu a propriedade de imóveis que compõe o patrimônio desta para o seu patrimônio pessoal.

Em posse dessa informação, confirmada por meio de certidões do cartório de registro de imóveis do município de Manaus/AM, Bom Fruti S.A., credora da empresa citada., que havia ajuizado ação de cobrança da quantia de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), percebeu que o atual patrimônio da devedora será insuficiente para quitar a dívida.

Tendo em vista o caso hipotético, responda fundamentadamente, às indagações abaixo:

A) Qual medida judicial a credora poderá adotar em posse das informações obtidas junto ao cartório de imóveis para proteger seus interesses? (0,65)

B) A transferência de propriedade de imóveis da pessoa jurídica para o patrimônio particular de Eduardo poderá ser compreendida como abuso de personalidade? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Cabelo Bonito Ltda. firmou, em janeiro de 2018, contrato escrito de locação por prazo determinado com LCA Construção e Administração de Imóveis Ltda., referente a um imóvel situado na cidade de Curitiba/PR onde exerce suas atividades empresariais. Ficou estabelecido que o contrato teria de 12 meses de prazo de vigência, que o valor mensal do aluguel seria de R\$ 1.000,00 (mil reais) e que os tributos do imóvel, bem como as tarifas de água, esgoto e energia elétrica seriam de responsabilidade da locatária. Não fora apresentado fiador ou qualquer outro tipo de garantia.

Após o fim do prazo de vigência do contrato, o locatário permaneceu no imóvel e continuou efetuando os pagamentos normalmente. Todavia, a partir de fevereiro de 2025 passou a não pagar o aluguel. Ao ser procurada pela locadora, a locatária relatou que seus negócios não estão indo bem e que não poderá efetuar o pagamento dos aluguéis, entretanto, se recusa a deixar o imóvel sob o argumento de que tem o direito de permanecer no imóvel, pois lá constituiu ponto empresarial. Ao realizar pesquisas, o locador descobriu que a locatária também não pagou o IPTU dos últimos 02 (dois) anos, assim como não pagou as tarifas de água e esgoto dos últimos seis meses (sobre tais acessórios havia previsão contratual entre as partes sobre a responsabilidade da locatária).

Diante do caso hipotético apresentado, com base na legislação pertinente e da jurisprudência do STJ, responda fundamentadamente as seguintes perguntas:

- A) A recusa da empresa locatária para não deixar o imóvel possui amparo legal? (0,65)
- B) Em uma eventual ação de despejo, poderá a locadora pleitear a concessão de medida liminar para desocupação do imóvel? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Tony comprou mercadorias a João e emitiu um cheque do banco YZQ em 03 de setembro de 2024, preenchendo a data de emissão correta, mas combinando oralmente com João que ele deveria depositá-lo apenas em 16 de novembro do mesmo ano. Em 09 de outubro de 2024, João endossou o cheque emitido por Tonya Camila, sua fornecedora, sem mencionar o que fora verbalmente combinado. A endossatária apresenta o título ao banco YZQ antes de 16 de novembro. O cheque é devolvido por insuficiência de fundos, e o nome de Tony é inserido no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF) pelo Banco do Brasil, gestor do referido cadastro, sem que este o notifique previamente.

Tendo em vista o caso hipotético, responda fundamentadamente, com base na legislação e na jurisprudência do STJ, às indagações abaixo:

A) A atitude da endossatária, ao apresentar o cheque antes da data combinada entre Tony e João, caracteriza dano moral? (0,65)

B) A inclusão do nome de Tony no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF) pelo Banco do Brasil caracteriza dano moral? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

